



PREFEITURA DE
CAAPORÃ

GABINETE DO PREFEITO

LEI N-776/2019.

Caaporã em 19 de Dezembro 2019.

**DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE
TRANSPORTE MOTORIZADO
PRIVADO E REMUNERADO DE
PASSAGEIROS NA FORMA
ALTERNATIVA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE
CAAPORÃ-PB**, no uso pleno de suas atribuições Legais, conferidas pela Lei
Orgânica do Município e demais legislação em vigor, faz saber que o Poder
Legislativo Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, normas para a
prestação do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de
passageiros por transporte devidamente cadastrado na associação, e
fornecido tal cadastramento atualizado ao Departamento de Transportes da
Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos deste município, tais
associações serão reconhecidas e cadastradas previamente no Departamento
de Transportes deste município, por meio de regras estabelecidas através de
decreto expedido pelo executivo municipal.

§1º Esta lei objetiva garantir a acessibilidade, confiabilidade e
segurança nos serviços prestados pelos motoristas que promovem o
compartilhamento de seus veículos a partir do acesso às áreas que não
contam com transporte regular oficial, ou mesmo estes não atuam a contento
da população na forma da lei e visa preservar e melhorar o acesso a opções
de transporte no Município, onde os respectivos serviços de
compartilhamento poderão ser realizados pelos motoristas cadastrados,
residentes e domiciliados neste município.

§2º Para todos os efeitos, esta lei adota os conceitos já delineados
na Lei Federal nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana).

**É MAIS TRABALHO.
É VIDA MELHOR.**



§3º Considera-se serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros aquele realizado em viagem individualizada, executado por automóvel particular com capacidade para até 05 (cinco) pessoas, inclusive o condutor, e solicitado exclusivamente por meio de plataforma cadastrada e firmada junto Secretaria de Transporte de Município.

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Da Autorização e da Operação

Art.2º A exploração do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transportes alternativos dependerá de autorização do Município de Caaporã-PB, concedida por intermédio do Departamento de Transportes às Associações credenciadas na forma acima, conforme critérios de credenciamento fixados nesta Lei e em seu regulamento.

§1º As Associações não se qualificam como empresas prestadoras de serviços de transporte, não se configurando, portanto, como prestadores de serviço público individual de transportes.

§2º Os motoristas-parceiros não são transportadores comuns nem tampouco prestam serviços de transporte público de passageiros.

§3º A autorização do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo é restrita às plataformas de acesso disponibilizadas pelas associações credenciadas e devidamente fiscalizadas pelo Departamento de Transportes deste Município.

Art.3º As Associações do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativos ficam obrigadas, quando solicitadas, a abrir e compartilhar com o Município de Caaporã-PB, em tempo real e por intermédio do Departamento Municipal de Transportes, os dados necessários ao controle e à regulação de políticas públicas de mobilidade urbana, garantida a privacidade e a confidencialidade dos dados pessoais dos usuários.



Parágrafo Único. Os dados referidos no *caput* deste artigo devem conter, no mínimo:

- I** - origem e destino da viagem;
- II** - tempo e distância da viagem;
- III** - mapa do trajeto da viagem;
- IV** - identificação do condutor que prestou o serviço;
- V** - composição do valor pago pelo serviço prestado;
- VI** - avaliação, pelo usuário, do serviço prestado; e
- VII** - outros dados solicitados pelo Departamento Municipal de Transportes, em harmonia com o disposto no *caput* deste artigo.

Art.4º Compete às Associações do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transportes alternativos:

- I** - organizar a atividade e o serviço prestado pelos condutores dos veículos cadastrados;
- II** - intermediar a conexão entre os usuários e os condutores, mediante adoção de plataforma física e de tecnológica;
- III** - cadastrar os veículos e seus condutores para a prestação do serviço, atendidos os requisitos mínimos de acessibilidade, segurança, conforto, higiene e qualidade;
- IV** - fixar o valor correspondente ao serviço prestado ao usuário;
- V** - disponibilizar meios eletrônicos para o pagamento, pelos usuários, do serviço prestado, sempre que possível;
- VI** - disponibilizar ao usuário, antes do início da viagem, informações sobre a forma de cálculo do valor final do serviço que lhe permitam estimar esse valor;
- VII** - manter canal de atendimento ao usuário e ao Serviço de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (Procon), com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas;
- VIII** - exigir, como requisito para a prestação do serviço, que os condutores apresentem, previamente ao seu cadastramento, documentação comprobatória de seu histórico pessoal e profissional e do cumprimento dos requisitos legais para o exercício da função;



IX - apresentar, mensalmente, a relação de veículos, seus proprietários e condutores cadastrados para prestar o serviço no Município, junto ao Departamento de Transportes do Município de Caapora-PR;

X - observar os critérios mínimos de acessibilidade, prevista nesta lei;

XI - disponibilizar o serviço previsto nesta Lei a pessoas com deficiência, conforme previsto na Lei 13.146/15;

XII - proibir a recusa à prestação do serviço de que trata esta Lei ao passageiro com deficiência, sob pena de suspensão de um dia de prestação de serviços; e

a) na hipótese do veículo não oferecer condições de acomodar a cadeira de rodas no porta-malas, esta deverá ser acomodada na banca traseiro,

§1º Além do disposto no caput deste artigo, são requisitos mínimos para a prestação do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativos:

I - utilização de mapas digitais para acompanhamento do trajeto e do tráfego em tempo real;

II - avaliação da qualidade do serviço, efetuada pelo usuário por meio de consulta na base ou meio tecnológico se houver;

III - disponibilização tecnológica ou física no interior do veículo ao usuário da identificação do condutor, por meio de foto, e do veículo, por meio do modelo e do número da placa;

IV - emissão de recibo eletrônico ou físico para o usuário, contendo as seguintes informações;

a) origem e destino da viagem;

b) tempo total e distância da viagem;

§2º A emissão de recibo eletrônico previsto no inciso IV do §1º deste artigo não elide outras obrigações acessórias de natureza tributária, previstas em legislação própria.

Art.5º As solicitações e as demandas do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo deverão ser realizadas, exclusivamente, por meio de plataforma registrada no Departamento Municipal de Transportes.



Parágrafo Único. Poderá ser disponibilizado pelas Associações do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo sistema de divisão de viagens entre chamadas de usuários distintos, cujos destinos possuam trajetos compatíveis, dentro da capacidade permitida de ocupação dos veículos.

Art.6º Fica vedado o embarque de usuários, diretamente em vias públicas, em veículo cadastrado para prestar o serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo fora da plataforma.

Parágrafo Único. Fica expressamente proibida a utilização de pontos de táxi, mesmo que temporariamente, pelos motoristas de aplicativos tecnológicos, bem como das paradas de ônibus.

Art.7º O pagamento, pelo usuário, do valor correspondente ao serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo prestado deverá ser executado exclusivamente por meio de moeda corrente nacional.

Parágrafo Único. As Associações do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo deverão disponibilizar aos usuários um mecanismo claro e transparente de processamento de pagamentos, possibilitando-lhes o acesso posterior a todas as informações referentes à transação econômica e ao serviço prestado.

Art. 8º O Departamento Municipal de Transportes, efetuará o acompanhamento, fiscalização, o desenvolvimento e a deliberação de normas e políticas públicas estabelecidas desta Lei, competindo-lhe, sem prejuízo de outras obrigações ora não referidas:

I - manter atualizados os parâmetros de exigência para a concessão de autorização do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transportes alternativos e para o credenciamento de veículos e seus condutores;

II - receber representações de casos de abuso de poder de mercado e encaminhá-las aos órgãos competentes; e

**É MAIS TRABALHO.
É VIDA MELHOR.**



III - acompanhar, monitorar, medir e avaliar a eficiência da política regulatória estabelecida nesta Lei, mediante indicadores de desempenho operacionais, financeiros, ambientais e tecnológicos tecnicamente definidos.

Seção II

Do Cadastramento de Veículos e de Seus Condutores

Art.9º. Para o cadastramento do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativos deverão ser cumpridos os seguintes requisitos:

I - do condutor:

a) possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, na categoria correspondente ao veículo a ser cadastrado, que tenha informação de que exerce atividade remunerada;

b) apresentar certidões negativas criminais (Estadual e Federal), com menos de 60 (sessenta) dias de expedição;

c) assumir compromisso de prestação do serviço única e exclusivamente por meio de plataformas tecnológicas;

d) apresentar, no prazo máximo de 01 (um) mês, após o cadastramento, certificado de participação de cursos, com carga horária mínima de 28 (vinte e oito) horas, contemplando 04 (quatro) módulos básicos, sendo eles, primeiros socorros, bem como os cursos de relações humanas, direção defensiva, mecânica e elétrica básica;

e) apresentar atestado médico fornecido por profissional habilitado de que não é portador de moléstia que o inabilite para o desempenho da função;

f) comprovar residência no Município de Caaporã-PB;

g) comprovar inscrição como contribuinte individual no INSS

II - do veículo:

a) possuir, comprovadamente, seguro obrigatório pago;

b) possuir, no máximo, 10 (dez) anos de fabricação, contados na data do cadastro (a contagem será calculada ano a ano, considerando-se, para tanto, o encerramento do ano em 31 de dezembro), sendo que, no caso





de vencido o prazo, o veículo deverá ser substituído, sob pena de cassação da autorização.

c) ser aprovado em vistoria realizada por serviços oficiais de inspeção veicular credenciados pelo DETRAN-PB e acreditados pelo INMETRO, a fim de serem verificadas as condições mecânicas, elétricas, de chapeamento, de pintura, do estofamento e outros elementos de segurança do veículo, bem como requisitos de higiene e estética.

d) estar emplacado em Caaporã-PB;

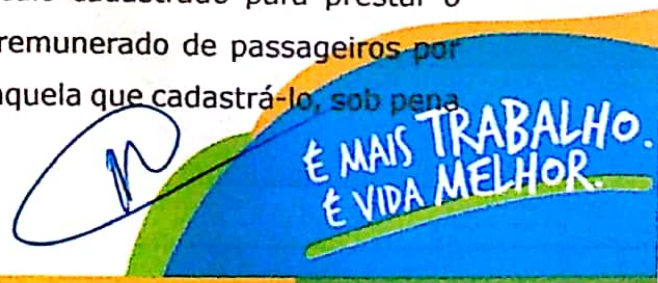
§1º A função de condutor de veículo cadastrado para prestar o serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo fica condicionada à inexistência de condenação ou antecedente por crimes, consumados ou tentados, contra a vida, contra a fé pública, contra a administração, contra a dignidade sexual, hediondos, de roubo, de furto, de estelionato, de receptação, de quadrilha ou bando, de sequestro, de extorsão, de trânsito ou pelos previstos na legislação alusiva à repressão à produção não autorizada ou ao tráfico ilícito de drogas, ao registro, à posse e à comercialização de armas de fogo e munição ou à coibição da violência doméstica e familiar contra a mulher.

§2º É vedado o exercício da função de condutor de veículo cadastrado para prestar o serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo àqueles que mantenham vínculo com o Departamento Municipal de Transportes ou que possuam, na Administração Pública Direta ou Indireta de quaisquer dos entes federativos, cargos ou funções incompatíveis com o referido serviço.

§3º É vedado aos condutores e aos proprietários dos veículos cadastrados para prestar o serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativos, bem como às empresas associações e aos sócios dessas, deter autorização, permissão ou concessão de serviço público de quaisquer dos entes federativos

§4º É vedado o cadastramento de mais de um veículo por condutor cadastrado no serviço de transporte privado individual de passageiros por transporte alternativo.

§5º É vedada a condução de veículo cadastrado para prestar o serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo por pessoa diferente daquela que cadastrá-lo, sob pena





de descadastramento do condutor e do veículo pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

§6º A inobservância de quaisquer dos requisitos para o cadastramento de condutores e de veículos para prestar o serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por aplicativos acarretará aos condutores dos veículos a suspensão da autorização pelo prazo de 12 (doze) meses.

Art.10. Para fins de validação, o cadastramento de veículos e de seus condutores efetuado pelas Associações do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transportes alternativos na forma do Artigo 9º da presente Lei deverá ser submetido ao Departamento Municipal de Transportes da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos.

§1º Por ocasião da validação referida no caput deste artigo, o Departamento Municipal de Transportes avaliará o cumprimento das normas estipuladas nesta Lei.

§2º Constatado, a qualquer tempo, o não preenchimento de requisito por veículo ou condutor para prestar o serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo, a associação será comunicada para adoção das medidas cabíveis à imediata cessação da prestação do serviço pelo condutor ou veículo.

Art.11. Havendo descredenciamento de condutores de veículos, ficam as Associações do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transportes alternativos obrigadas a indicar o que motivou, comunicando expressamente ao Diretor de Transportes.

Art.12. A identidade visual dos veículos cadastrados para prestar o serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo consistirá de elementos discretos de reconhecimento do serviço, nos termos da regulamentação desta Lei.

Art.13. Compete às associações do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo,



no âmbito do cadastramento de veículos e de seus condutores, sem prejuízo de outras obrigações ora não referidas:

I - registrar e gerir as informações prestadas pelos condutores, bem como assegurar a sua veracidade e a conformidade com os requisitos estabelecidos; e

II - fornecer ao Município de Caaporã-PB o compartilhamento de seus dados, quando requerido conforme regulamentação expedida nos termos desta Lei,

Seção III

Das Penalidades e das Medidas Administrativas

Art. 14. As ações ou as omissões ocorridas no curso da autorização, bem como a prestação do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativos em desacordo com a legislação vigente ou os princípios que norteiam os serviços públicos, acarretam a aplicação, isolada ou conjuntamente, das penalidades previstas nesta Lei ou especificadas em decreto, sem prejuízo de outras previstas no CTB e na legislação em vigor.

§1º O poder de polícia administrativa em matéria do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por aplicativos será exercido pelo Departamento Municipal de Transportes, que terá competência para apurar infrações e responsabilidades, bem como impor as penalidades e as medidas administrativas previstas nesta Lei, sem prejuízo da competência originária do Prefeito Municipal.

§2º Constatada a infração pelos motoristas, será lavrado o respectivo auto de infração, que originará a notificação a ser enviada à associação do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo, com as penalidades e as medidas administrativas previstas na legislação.

§3º As autuações dos motoristas serão transformadas em penalidades pelo Departamento Municipal de transportes, que ordenará a expedição da notificação às associações do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transportes alternativos e, oportunizando-lhes o exercício da defesa administrativa.

CR

**É MAIS TRABALHO.
É VIDA MELHOR.**



Art.15. A não observância aos preceitos que regem o serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por aplicativos acarretará a aplicação dos seguintes procedimentos:

I - penalidades:

- a) suspensão da autorização;
- b) revogação da autorização;
- c) descadastramento do condutor; e
- d) descadastramento do veículo;

II - medidas administrativas:

- a) notificação para regularização;
- b) outras que se fizerem necessárias para assegurar a observância aos direitos dos usuários ou a correta prestação do serviço.

§1º A aplicação da penalidade de suspensão de autorização implicará, conforme o caso, o recolhimento da autorização e ensejará o afastamento das atividades pelo prazo de 12 (doze) meses, duplicados a cada reincidência.

§2º A aplicação de penalidade de revogação da autorização implicará sua devolução compulsória e de eventuais documentos correlatos, impondo à penalizada o afastamento do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo do Município de Caaporã pelo prazo de 18 (dezoito) meses.

§3º A aplicação da penalidade de descadastramento da função de condutor e de veículo ensejará o afastamento do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo do Município de Caaporã pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Art.16. Caberá defesa da autuação, e deverá ser efetuada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação de autuação por infração de transporte expedida, mediante requerimento escrito dirigido ao Diretor de Transportes do Município de Caaporã, que pode designar uma comissão julgadora sem ônus composta de três servidores daquela secretaria.

§1º A notificação ao infrator suspende o curso da prescrição e a apresentação da defesa suspende os efeitos da autuação.

§2º O deferimento do pedido da defesa ensejará o cancelamento da autuação.

**É MAIS TRABALHO.
É VIDA MELHOR.**



§3º Esgotado o prazo sem a apresentação da defesa ou, se apresentada, tenha o processo sido julgado improcedente, será aplicada a penalidade correspondente à autuação, mediante notificação ao penalizado.

§4º Da aplicação da penalidade, caberá recurso escrito para decisão final ao Diretor de Transportes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de notificação de imposição de penalidade.

Art.17. A execução do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativo por pessoas físicas, isoladamente, ou por pessoa jurídica que não possua o respectivo termo de autorização emitido pelo Município de Caaporã-PB ensejará a autuação do infrator por transporte clandestino, nos termos da legislação de trânsito.

Capítulo II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.18. As Associações do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativos poderão disponibilizar ao Município de Caaporã, sem ônus, equipamentos, programas, sistemas, serviços ou qualquer outro mecanismo físico ou informatizado que viabilize, facilite, agilize e dê segurança à fiscalização de suas operações pelos órgãos competentes.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo abrange a manutenção de todas as condições necessárias à fiscalização da atividade durante o período de vigência do credenciamento, sendo encargo exclusivo das associações do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte alternativos que voluntariamente optarem por proporcionar esses meios de fiscalização, independentemente dos instrumentos e das competências próprias do Município de Caaporã-PB.

Art. 22. As secretarias, os órgãos e as entidades municipais intervenientes na matéria de que trata esta Lei ficam autorizadas a receber bens e serviços em doação para o cumprimento das finalidades relacionadas às suas respectivas esferas de atuação.

**E MAIS TRABALHO.
É VIDA MELHOR.**



Parágrafo Único. Os interessados poderão indicar a destinação específica dos bens e serviços e encaminhar suas propostas diretamente às secretarias, aos órgãos e às entidades municipais destinatárias, aos quais competirá a análise jurídica da proposta e o seu atendimento ao interesse público.

Art. 23. Com o objetivo de reduzir custos e utilizar a inovação em favor de melhorias dos processos da mobilidade urbana, ao Departamento Municipal de Transportes poderá celebrar convênios com as associações do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transporte de alternativas para a utilização das ferramentas digitais na avaliação da qualidade dos veículos e do serviço.

Parágrafo Único. O Departamento Municipal de Transportes poderá utilizar como base as avaliações já realizadas pelos usuários do Município de Caaporã por meio das plataformas tecnológicas.

Art. 24. O serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transportes alternativos sujeitar-se-á ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo da incidência de outros tributos.

Parágrafo Único. As associações do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros por transportes de alternativos ficam obrigadas a entregar à Receita Municipal, mensalmente e nos termos de regulamentação, as informações sobre os valores recebidos pela prestação do serviço no Município de Caaporã-PB.

Art. 25. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Caaporã-PB em 19 de Dezembro 2019.


CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO
- Prefeito -

